

OPINIÃO SOCIALISTA



Nº671
18 de abril a
02 de maio de 2024
Ano 23

R\$2



(11) 9.4101-1917



opiniaosocialista



www.opiniaosocialista.com.br



@opsocialista



Portal do PSTU



@opiniaosocialista



LULA ATENDA A EDUCAÇÃO, A SAÚDE E OS SERVIDORES!

**Precisamos derrotar o Arcabouço Fiscal
dos banqueiros e do governo**

Páginas 8 e 9



GREVE DO FUNCIONALISMO

Servidores vão à luta contra reajuste zero do governo Lula

Páginas 10 e 11

100 ANOS DE NAHUEL MORENO

O trotskismo operário e internacionalista de Moreno

Páginas 14 e 15

ABRIL INDÍGENA

Índigenas exigem de Lula demarcação prometida

Páginas 4 e 5

CHARGE



FALOU BESTEIRA

“Vamos encher este plenário, no dia 15 de maio, de macho. A mulher tem que entender que ela deve submissão ao marido. Doa a quem doer”



Mical Damasceno (PSD-MA), deputada estadual bolsonarista que propôs uma Sessão Solene na Assembleia Legislativa do Maranhão, apenas com homens, no “Dia da Família” (15 de maio).



PRÉ-VENDA
30%
DESCONTO
ATÉ 20/4

EDITORA
sundermann

www.editorasundermann.com.br

NÃO PERCA!

PSTU lança vídeo sobre as origens do Manifesto do Partido Comunista



No dia 6 de abril foi lançado o vídeo “Manifesto Comunista: as origens”, com a apresentação de Ana Godoi, da Secretaria Nacional de Formação do PSTU.

O “Manifesto do Partido Comunista”, escrito em 1848 por Marx e Engels para a Liga dos Comunistas, abre com a frase “Um fantasma ronda a Europa: o fantasma do comunismo”. É irônico que, hoje, o comunismo ainda seja a palavra com a qual a ultradireita busca assustar as massas, o que indica quem, para ela, de fato, é o inimigo: a classe trabalhadora organizada com um projeto de sociedade sem classes.

Como Ana explica, as primeiras organizações de trabalhadores surgiram para a ajuda mútua, para fazer

frente às dificuldades. Essa solidariedade evoluiu para a formação de grupos mais estruturados, especialmente na Inglaterra, e, depois, para grandes lutas operárias.

Marx e Engels não acreditavam que as mudanças viriam de uma elite, mesmo que intelectual. Aproximaram-se da Liga dos Comunistas, uma organização internacional de operários já existente, que atuava clandestinamente e lutava contra as péssimas condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, os baixos salários, as moradias inadequadas e as condições de trabalho insalubres.

Havia uma grande contradição, que só se acirrava: os proprietários das indústrias, terras e demais meios de produ-

ção concentravam as riquezas, fruto do trabalho operário em suas mãos, a despeito da crescente miséria dos trabalhadores e setores marginalizados da produção.

Observando as lutas e revoluções naquele período de grandes transformações, Marx e Engels concluíram que a única classe que poderia conduzir a mudança para pôr fim à exploração seria a classe trabalhadora, e teria que fazê-lo através de uma revolução contra os capitalistas.

Mas, para isto, era hora de os próprios comunistas dizerem a que vinham, com o objetivo de conscientizar a classe trabalhadora sobre a concepção de mundo e o projeto socialistas. E, assim, nasceu o “Manifesto”.



Assista o vídeo
no QR-Code ao lado



Leia o artigo completo
no QR-Code ao lado



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Contra o reajuste zero e os cortes na Saúde e na Educação, é preciso derrotar a política econômica do governo Lula

Fechamos esta edição poucos dias após o anúncio do corte de R\$ 4 bilhões, feito pelo governo Lula, nos orçamentos da Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia. Essa tesourada atinge programas como o “Farmácia Popular”, que terá mais de R\$ 100 milhões a menos neste ano. Já na Educação, o facão pegou em cheio o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), responsável por pesquisas e bolsas de estudo. E nem a Educação Básica escapou, perdendo R\$ 30 milhões.

Essa tesourada ocorre para “ajustar” o Orçamento ao novo Arcabouço Fiscal do governo Lula, um nome mais bonito para o velho Teto de Gastos. Em bom português, visa desviar ainda mais dinheiro para o pagamento da dívida pública ou para pagar os rentistas (gente que vive de renda e aplicações no mercado financeiro) bilionários, que lucram com as altas taxas de juros, incluindo, aí, megafundos como a BlackRock, o maior fundo multibilionário do planeta.

INDO DE MAL A PIOR

E, se hoje, já está ruim; a coisa pode piorar ainda mais. Isso porque o Arcabouço Fiscal pressupõe a implosão do piso constitucional da Saúde e da Educação. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) prevê uma redução, até 2028, nos gastos com Saúde (de 1,33%, em 2024, para 1,15%, em 2028). A mesma tendência deve ocorrer com a Educação.

Nem FHC, Temer ou Bolsonaro conseguiram impor tal retrocesso. Ao mesmo tempo, a previsão é de aumento de gastos com as Forças Armadas, cuja cúpula apoiou ou foi omissa na tentativa de golpe de Bolsonaro, no 8 de janeiro.

Esses ataques não são uma expressão da “correlação de for-



Imagens da marcha de servidores públicos federais em Brasília no dia 17 de abril.

ças” com um Congresso Nacional dominado pela ultradireita e o Centrão. Na realidade, a aprovação do Arcabouço Fiscal, que impõe esses cortes e o arrocho, foi comemorado pelo governo Lula. Afinal, o projeto foi construído por Lula e Haddad, sob os elogios do Centrão do Presidente da Câmara Arthur Lira (Progressistas).

Essa é a dura realidade que muitos setores de esquerda se negam a enxergar. Não há um setor progressivo no governo, ou a possibilidade de disputa do governo, à esquerda. Se é verdade que há uma forte expressão da ultradireita no Congresso Nacional, também é verdade que o próprio Lula e o PT são responsáveis por essa política de defesa dos bilionários capitalistas, incorporando, inclusive, vários setores da direita e do Centrão dentro do governo.

NEODESENVOLVIMENTISMO E NEOLIBERALISMO

Enquanto isso, só este ano, os subsídios à indústria automobilística devem somar algo como R\$ 9,4 bilhões. É um “incentivo” que, ao contrário do que possa parecer, não se traduz em aumento da capacidade produtiva. Ou seja, na construção de mais fábricas, mais em-

pregos e renda para os trabalhadores e trabalhadoras.

São frutos, em grande parte, de aquisições realizadas por multinacionais, como a chinesa BYD. Isso para não falar dos subsídios bilionários ao agronegócio, como o “Plano Safra”, de incríveis R\$ 364 bilhões, anunciados no ano passado a um setor que foi um dos únicos que desempregaram gente neste último período. E que produz voltado para as grandes multinacionais e ao mercado externo.

Isso é o que significa o tal “neodesenvolvimentismo” do governo do PT: corte de gastos nas áreas sociais, para garantir o pagamento da dívida, subsídios às multinacionais e privatizações.

O discurso que embasa essa política é o de que os investimentos privados irão turbinar o Produto Interno Bruto (PIB), compensando o impacto dos cortes sociais. Um filme que já vimos muitas vezes e cujo final conhecemos bastante bem: o que vai acontecer é uma apropriação cada vez maior da renda do trabalho pelas multinacionais e pelo capital financeiro, aumentando ainda mais uma desigualdade social que já é obscena.

Essa política econômica reeditada o que já fora feito nos primeiros governos do PT. Mas, esta-

mos numa conjuntura totalmente diferente, de aprofundamento da crise e com uma margem de manobra muito mais restrita.

Se lá atrás, os governos do PT surfaram uma onda de “boom” das “commodities” (matérias-primas voltadas para a exportação) e grande oferta de crédito no mercado internacional; agora, vivemos num momento de crises e guerras aprofundadas por disputas interimperialistas, que aumentam a necessidade de espoliação e rapina. Acelerando, assim, o processo de subordinação, entrega e recolonização.

TODO APOIO ÀS GREVES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Também enquanto fechávamos esta edição, os servidores públicos federais, com os técnicos-administrativos das universidades e institutos federais à frente, travavam uma dura greve contra o reajuste zero do governo Lula. Os professores das universidades federais, da mesma forma, começavam a se mobilizar e cruzavam os braços. Servidores e setores da Educação também estão empreendendo fortes lutas nos estados e municípios, contra o sucateamento do setor.

É necessário fortalecer e cercar de solidariedade essas lutas,

apontando que só serão vitoriosas se derrotarem a política econômica do governo Lula, aplicada também pelos governos estaduais e municipais.

O GOVERNO LULA ALIMENTA A ULTRADIREITA BOLSONARISTA

É importante também explicar à população e aos trabalhadores que não são as greves e mobilizações que “fortalecem” a ultradireita, como repetem as direções ligadas ao PT e ao governo.

Ao contrário. São as próprias políticas econômicas do governo, como déficit zero, congelamento salarial, destruição dos serviços públicos e privatizações, que são responsáveis por manter a situação em que estamos, incluindo a brutal desigualdade, e que formam o caldo de cultura na qual o bolsonarismo chafurda e se alimenta.

Diante disto tudo, é preciso defender um programa da classe trabalhadora que passe pelo fim do Arcabouço e qualquer Teto de Gastos. E explicar que só reverteremos esse processo de destruição e sucateamento dos serviços públicos com uma outra política econômica, que ataque os bilionários, suspendendo o pagamento da dívida aos banqueiros e expropriando as 250 maiores empresas desse país, tirando-as das mãos dos super-ricos, estatizando-as e colocando-as sob o controle dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para isso, não podemos deixar que os trabalhadores fiquem reféns do neoliberalismo duro da ultradireita ou do neoliberalismo “com amor” do PT. O PSTU defende e atua para fortalecer uma oposição de esquerda e revolucionária ao governo Lula, que aponte um horizonte socialista e uma sociedade sem exploração ou opressão.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3W4RGHI](https://bit.ly/3w4rghi)

ABRIL INDÍGENA

Indígenas denunciam a inoperância do governo Lula na proteção e demarcação de seus territórios

ROBERTO AGUIAR, DA REDAÇÃO

“Quero destacar a inoperância do Estado brasileiro em fazer a proteção e demarcação do Território Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá. Isso tem causado e é o vetor principal da violência que esses povos estão sofrendo”, pontuou Dinamam Tuxá, Diretor Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em evento realizado no último dia 11, com a Defensoria de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Lideranças indígenas presentes no evento ressaltaram que a demora na demarcação as coloca em risco direto, tendo em vista a atuação de milícias armadas junto aos invasores, e pediram a reestruturação dos Programas de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, que “estão defasados e inoperantes”, como disse o dirigente da Apib.

Passado um ano e quatro meses do início do governo Lula, as soluções para impedir a invasão dos territórios indígenas não avançaram. Nessa reunião com a ONU, foram lembrados os casos do jovem Gustavo Pataxó, de 14 anos, e de Nega Pataxó Hã Hã Hãe, assassinados por fazendeiros na Bahia.



Em Brasília, indígenas cobram do governo Lula a demarcação dos territórios

CRÍTICAS AO GOVERNO LULA

É unanimidade dentre os povos indígenas que a falta de demarcação dos territórios é a principal causa das invasões, ameaças e assassinatos. O governo Lula demarcou apenas oito Territórios Indígenas (TIs) em 2023, quando o movimento indígena esperava a demarcação de 14 TIs. O não avanço das medidas em defesa dos povos indígenas tem levado a que lideranças cobrem o governo petista com mais ênfase.

Em novembro do ano passado, em entrevista ao jornal “O Globo”, o Cacique Raoni (principal liderança indígena do nosso país) dis-

“Sabemos que, sem o enfrentamento, sem a luta e a mobilização, não vamos conseguir nossas reivindicações”

Valdelice Veron, liderança Guarani-Kaiowá.

se que Lula não cumpriu o que prometeu: “Ele me prometeu que iria fazer ações em prol dos povos indígenas, para que não existam mais essas ameaças e violência contra nós. E isso não está acontecendo”. Importante ressaltar que Raoni subiu a rampa do Planalto com Lula, na posse em Brasília.

“PÃO E CIRCO” NÃO PROTEGEM VIDAS E TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Mês passado, na presença do presidente francês Emmanuel Macron, em Belém (PA), Cacique Raoni voltou a fazer cobranças públicas a Lula: “Quero pedir novamente que você trabalhe para acabar com o desmatamento, demarcar as terras indígenas, para as comunidades que não têm terra ainda. Quero pedir que você apoie a Funai e ela tenha orçamento para fazer o trabalho para as comunidades indígenas”.

Em janeiro deste ano, após a anúncio de que o garimpo estava de volta à Terra Yanomami, o ativista Daniel

Munduruku criticou o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), classificando a pasta como um espaço “cirandei-ro”, que reproduz a “política do pão e circo”, com “muita festa, muita viagem internacional” e pouca ação.

Em reportagem publicada recentemente pelo portal “Sumaúma”, várias lideranças indígenas classificaram como importante a criação do MPI, mas também afirmaram que o governo Lula não tomou a pauta dos povos indígenas para si. A reportagem mostrou, em levantamento na agenda oficial do presidente, que, nos 14 meses de governo, a Ministra Sonia Guajajara (PSOL) teve apenas três audiências privadas com Lula para tratar de assuntos de seu ministério.

LULA SEM CONVITE PARA O ACAMPAMENTO TERRA LIVRE

De 22 a 26 de abril, acontecerá o Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília. São 20 anos do evento nascido de um protesto que durou dias, defronte ao Ministério da Justiça, culminando na ocupação do Congresso Nacional, em 2004.

As lideranças cogitam não convidar o presidente Lula para o evento, mas cobrar que os indígenas sejam recebidos no Palácio do Pla-

nalto, para debater suas reivindicações, principalmente as demarcações dos territórios. “A falta de mais demarcações foi uma grande decepção para a gente”, disse Toya Manchineri, dirigente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), ao portal “Sumaúma”.

“SEM ENFRENTAMENTO, NÃO VAMOS CONSEGUIR NOSSAS REIVINDICAÇÕES”

A líder indígena Guarani-Kaiowá, do Estado do Mato Grosso do Sul, Valdelice Veron, ressaltou ao Opinião Socialista a expectativa dos povos indígenas com o governo Lula: “Tem uma expectativa que, no atual governo, as coisas mudem, mas não dá para contar com isso 100%. Nós temos que ir para a luta, para o enfrentamento. Sabemos que, sem o enfrentamento, sem a luta e a mobilização, não vamos conseguir nossas reivindicações”.

Valdelice Veron também destacou o papel de resistência que a ATL tem que cumprir: “20 anos de luta e de resistência. É um espaço de resiliência, de encontro de povos que realizam alianças políticas conforme a cosmologia indígena, para irmos à luta pela proteção e demarcação dos territórios indígenas”.

Os indígenas Guarani-Kaiowá são um dos povos mais atacados por ruralistas no Mato Grosso do Sul, estado que tem a maior população indígena na região Centro-Oeste. “É um estado marcado por conflitos territoriais, contra a expulsão das comunidades indígenas de suas terras, para garantir a redistribuição para a exploração agrária do território e, assim, nos embates que hoje travamos pela retomada das terras e pela demarcação de nossos territórios”, finalizou Valdelice Veron.



LEIA NO SITE: [HTTPS://BIT.LY/3JLGLBQ](https://bit.ly/3JLGLBQ)

ENTREVISTA

“Nossa luta deve ser construída em unidade com os demais setores da classe trabalhadora”

O **Opinião Socialista** conversou com a indígena Künã Yporã Tremembé, também conhecida como Raquel Tremembé, do Povo Tremembé de Engenho, no Maranhão, e militante do PSTU. Raquel foi candidata à vice-presidente da República, na chapa com a Vera, em 2022, e integra a Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

SOBRE AS POLÍTICAS VOLTADAS AOS POVOS INDÍGENAS, QUAL A SUA AVALIAÇÃO DOS 14 MESES DO GOVERNO LULA?

Raquel Tremembé - A maioria dos indígenas gerou uma expectativa com o governo Lula, frente aos ataques que vínhamos sofrendo com o Bolsonaro. Outra parte ficou com um pé atrás, devido à experiência com os anteriores governos do PT. Lula fez promessas sobre as demarcações de terras, principal pauta de nossa luta; mas o governo já começou tirando essa atribuição do Ministério dos Povos Indígenas, que foi criado pelo próprio Lula. Tirou a principal atribuição do ministério e essa pauta não avançou. Esperava-se, em 2023, a demarcação de 14 territórios, mas só oito foram realizadas.

A FALTA DEMARCAÇÕES TEM SIDO A PRINCIPAL QUEIXA?

Raquel - Sim. Isso levou a uma decepção, o que tem gerado críticas ao governo. A não demarcação permite a continuidade da violência contra nós, a invasão de nossos territórios, as ameaças e os assassinatos. Outra queixa foi a criação do ministério sem recursos suficientes, não funcionando como deveria. As demarcações iniciadas estão paralisadas, a exemplo do nosso território, aqui no Maranhão. Para este ano, o ministério e a Funai dispõem de apenas R\$ 1,31 bilhão, o que equivale a 0,01% de todo o gasto público federal em 2024. Isso demonstra o descaso do governo com a pauta indígena.

SOBRE O ACAMPAMENTO TERRA LIVRE (ATL), QUAL É A SUA AVALIAÇÃO?

Raquel - O ATL tem que ser um espaço de resistência, com independência do governo. Infelizmente, não tem sido isso, basta lembrar da edição de 2022, quando Lula esteve presente e fez as promessas que até agora não foram cumpridas. Lideranças críticas a essa postura foram impedidas de falar, como o indígena Daniel Munduruku. O fato de pressionar para que Lula não seja

convidado, mas que o movimento seja recebido no Palácio do Planalto, é devido à insatisfação que se tem, hoje, com o governo. Essa reunião deveria ser, de fato, com os indígenas que estão no dia a dia do território, com as lideranças locais, e não com indígenas de gabinetes governamentais, que estão dentro do governo.

QUAIS AS PAUTAS QUE DEVEM SER COBRADAS?

Raquel - A pauta central é demarcação e homologação de todas as terras indígenas, para que se possa acabar com todos os conflitos oriundos das invasões por ruralistas, latifundiários, grileiros, madeireiros e garimpeiros ilegais. Sem enfrentar os invasores, os indígenas seguirão sendo expulsos de suas terras, sofrendo ameaças e sendo mortos. Junto com isso, temos que cobrar investimentos para que os órgãos públicos que cuidam dessa pauta possam funcionar; pois, hoje, os recursos são mínimos e as demarcações não avançam, assim como os programas de proteção. Mas, essa luta não é apenas só nossa, dos povos originários. A nossa luta deve ser construída em unidade com os demais setores da classe trabalhadora. Só assim vamos fortalecer nosso esperar de forma coletiva. E essa luta tem que ser de forma autônoma e independente do governo. Pois só de forma livre podemos nos libertar do processo colonizador que ainda nos ataca. Será assim que vamos garantir a proteção e a demarcação de todos os nossos territórios. Lula tem que cumprir o que prometeu, não aceitamos mais ser enganados e enganadas.

“ Para o MPI e a Funai, o governo dispõe de apenas R\$ 1,31 bilhão, o que equivale a 0,01% de todo o gasto público federal em 2024. Isso demonstra o descaso do governo com a pauta indígena. ”

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3JMUvfb](https://bit.ly/3JMUvfb)

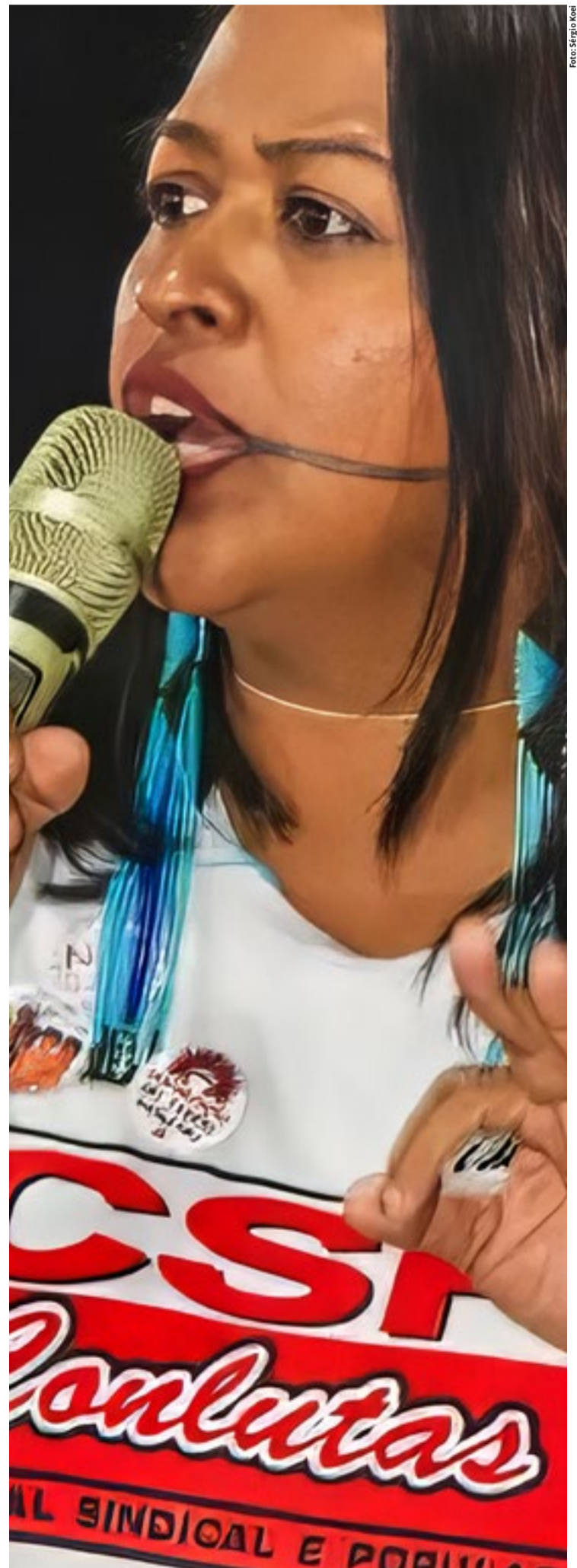


Foto: Sérgio Koci



Raquel Tremembé

O “X” DA QUESTÃO

A liberdade de expressão não pode estar nas mãos de bilionários das “Big Techs” ou do STF

DIEGO CRUZ E JÚLIO ANSELMO, DA REDAÇÃO

No início de abril, o bilionário Elon Musk, dono do “X” (ex-Twitter), começou a disparar, na própria rede, uma série de acusações de “censura” contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, ameaçando reativar as contas bloqueadas na Justiça, durante o inquérito das “fake news”.

Uma bravata com o objetivo de difundir a tese de que há, hoje, uma “ditadura judicial” no Brasil, com a generalização da censura a opositores, fundamentalmente figuras da extrema direita ligadas ao bolsonarismo.

As especulações sobre o que estaria por trás desses ataques vão das eleições norte-americanas às recém-descobertas reservas de lítio em áreas exploradas pela Vale. O recurso é crucial para a produção e viabilização de seu conglomerado de empresas, como a Space X, a Starlink e, principalmente, a Tesla, sua fabricante de carros elétricos.

Fato é que o “apito de cachorro” disparado por

Musk foi o suficiente para atizar a ultradireita e desatar uma enorme polêmica nas redes, que ganhou expressão internacional.

De um lado, as figuras da extrema direita bradando por “liberdade de expressão”. De outro, o governo Lula e o STF denunciando o ataque à soberania nacional. E, neste cenário, grande parte da esquerda elegendo Moraes como grande herói, contra o domínio das “Big Techs” e a campanha golpista.

HIPOCRISIAS POR TODOS OS LADOS

Musk está longe de ser o paladino da democracia e da liberdade de expressão. Nunca denunciou a ditadura chinesa, país onde mantém uma fábrica da Tesla. Também não “denuncia” a brutal ditadura da Arábia Saudita, que tem o péssimo hábito de esquartejar jornalistas opositores. Isso porque, na compra do Twitter, Musk recebeu US\$ 1,8 bilhão (cerca de R\$ 9,5 bilhões) de um príncipe saudita que, hoje, é o segundo maior investidor da rede.

Ou seja, seu conceito de liberdade de expressão está,



Foto: James Duncan Davidson/CC

assim, intimamente relacionado com seu bolso.

Além disso, à frente do “X”, Musk derruba e restringe, por exemplo, perfis de apoio à Palestina e contra o massacre perpetrado por Israel. Também promove conteúdos da ultradireita e, agora, se investe como o representante de uma extrema direita bolsonarista, cujo objetivo era justamente o de impor um golpe de Estado e uma ditadura, cuja consequ-

ência seria o fim de qualquer liberdade, não só de expressão, como também de organização ou mobilização.

Já tivemos, aqui no Brasil, uma pequena amostra disso no governo Bolsonaro que, em pleno regime “democrático”, perseguiu servidores, censurou dados de vítimas da Covid, processou jornalistas e atacou diariamente a imprensa.

Por outro lado, o discurso do governo Lula, em defesa da soberania, também

soa como profundamente hipócrita, principalmente num momento em que se articula a venda da Avibras à Austrália, desnacionalizando uma das únicas empresas de tecnologia e indústria bélica do país. Sem falar no saque realizado por investidores estrangeiros na Petrobras, a entrega do país via Parceiras Público-Privadas (PPPs), ou a transferência de renda a banqueiros internacionais, via pagamento da dívida.

NENHUMA CONFIANÇA NO CONGRESSO E NO STF

Alexandre de Moraes: nosso “vilão favorito”?



Foto: Agência Brasil

Não defendemos liberdade de expressão irrestrita à ultradireita golpista e ao bolsonarismo. Isso por uma razão bem simples: caso conquistem o que buscam, não teremos liberdade alguma, nem de expressão nem de organização ou mobilização.

Seria como apontar uma arma contra si próprio. Mesmo que tenha quem defenda o contrário, valendo lembra, por exemplo, que, recentemente, o jornalista Glenn Greenwald, que não coincidentemente parece se aproximar cada vez mais do trumpismo, reforçou o coro de Musk e da ultradi-

reita em nome da “liberdade irrestrita de expressão”.

Não estamos numa “ditadura”, como apregoam os bolsonaristas. Esse é justamente o projeto da ultradireita. Vivemos, sim, num regime dito “democrático”, mas que só serve e funciona para os ricos, principalmente aos bilionários, dentre eles os donos das “Big Techs”.

PRECISAMOS DE DIREITOS BÁSICOS PARA LUTAR PELA VERDADEIRA LIBERDADE

Um regime que, mesmo com restrições, conta com

certas liberdades democráticas, conquistadas à custa de muita luta. E, mesmo não nos comprometendo com esse regime, aliás, lutando contra ele, é necessário defender essas liberdades.

Um erro nada inocente, mas muito comum, principalmente na imprensa, é igualar a extrema direita aos socialistas. São, por princípio, antagônicos.

Se ambos se contrapõem ao atual regime democrático burguês, a ultradireita o faz para impor uma ditadura e o fim de todas as liberdades

Foto: Agência Brasil



democráticas. Já os socialistas revolucionários lutam para derrubar esse regime dos ricos, mas para conquistar mais liberdades democráticas, e um outro sistema, mais justo e igualitário, no qual os trabalhadores e o povo pobre decidam os rumos do país, e não um punhado de bilionários, como é agora, ou meia dúzia de ditadores a serviço desses mesmos bilionários, como desejam os bolsonaristas.

“DEMOCRÁTICO”, MAS NEM TANTO

Já Alexandre de Moraes (assim como o STF e todo conjunto da Justiça burguesa) não é digno de qualquer confiança por parte da classe trabalhado-

ra. A mão pesada que hoje se abate contra setores da ultradireita pode, amanhã, se voltar contra os trabalhadores e suas organizações. Como foi, por exemplo, o banimento das contas do PCO, por mais esdrúxulas que sejam as posições desta organização.

Moraes, o STF e todas as instituições desse regime são representantes da burguesia. Vale lembrar que ele foi um dos que, recentemente, rejeitaram o vínculo empregatício dos trabalhadores da Uber, garantindo o lucro dessa empresa, que faz parte das “Big Techs”, à custa da precarização do trabalho.

E esse setor da própria burguesia, pretensamente

democrática, que Moraes e o STF expressam também não é tão contraditório, assim, à ultradireita. E, portanto, não é capaz de enfrentá-la de forma consequente. Vamos lembrar do apoio praticamente unânime ao genocídio sionista em Gaza. Ou do apoio às chacinas e barbárie policial e racista perpetrada país a fora, como na Baixada Santista pelo governo “bolsonarista moderado” de Tarcísio Freitas (Republicanos).

Não podemos, assim, deixar nas mãos das “Big Techs” ou do STF, nem do Congresso Nacional, através da “PL das Fake News”, o que pode ser ou não pode ser dito.

PRA GARANTIR LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Tirar as “Big Techs” do controle dos bilionários

Elon Musk é a face mais caricata de um problema mais sério que seus tweets: o poder avassalador das “Big Techs”.

Com o domínio de algoritmos que direcionam conteúdo baseado em informações e hábitos pessoais, estas empresas mantêm um poder talvez sem precedentes dentro de uma indústria, na História do capitalismo. Não coincidentemente, os avanços nesses algoritmos beneficiaram principalmente o crescimento da extrema direita mundo a fora.

Lucram com “discursos de ódio”, um eufemismo para o racismo declarado, o machismo, a LGBTIfobia e xenofobia, porque isso gera engajamento; logo, mais publicidade e mais lucros. No caso do machismo, por exemplo, vale lembrar a proliferação das postagens “redpill”, uma criação da ultradireita que, fazendo menção à “pílula vermelha” do filme Matrix (1999), seria capaz de revelar a “verdade”. No caso, o “direito” dos homens em exercerem uma “masculinidade dominante”.

Outra fonte de lucro das “Big Techs” é a venda de informações, a começar pelos nossos hábitos de navegação na rede indo até mesmo aos

caminhos que percorremos pela rua. A Meta, por exemplo, dona do Facebook, do Instagram e do Whatsapp, coleciona processos de violação de privacidade de usuários (um deles, nos EUA, se refere ao rastreamento de pessoas, mesmo quando estavam desconectadas). Ou de vendas de informações privadas a terceiros.

EXPROPRIAR AS “BIG TECHS”

Então, qual a solução para a questão das “Big Techs”? É impossível enfrentar essas empresas sem bater de frente com os monopólios da Internet. É preciso enfrentar os bilionários, como Musk, Zuckerberg ou Bezos, arrancando esse enorme poder que eles, hoje, concentram. A resistência de Elon Musk não é pela liberdade de expressão, até porque a própria existência do X e a forma como ele funciona como negócio, já são restrições à liberdade de expressão.

Só tirando esse controle de suas mãos, transformando a rede numa verdadeira tribuna pública de debates, transparente, de código aberto, e controlada pelos trabalhadores, é que se poderia falar numa real liberdade de expressão. E isso passa pela expropriação e estatização das “Big Techs”,



com controle popular, abrindo seus códigos e expondo publicamente os segredos dos algoritmos. Sem violação de privacidade e comercialização de dados.

CONTROLE OPERÁRIO PARA LIBERTAR AS REDES E A INTERNET

A Internet e as redes sociais não devem ser, por si só, demonizadas. Como tudo no capitalismo, o problema, ou o “X”

da questão, é a manipulação e o redirecionamento do desenvolvimento tecnológico para o aumento dos lucros e do poder de um punhado de bilionários.

Mas, assim como ocorre em qualquer setor da economia, como a indústria farmacêutica ou a automatização nas fábricas, esse desenvolvimento tecnológico, que é uma conquista da humanidade, poderia ser utilizado em benefício da maioria da popu-

lação, tornando-se ambientes saudáveis e realmente democráticos. E não algo destrutivo, instrumentalizado pela ultradireita e disseminador de uma série de doenças mentais, como a ansiedade.

Mas, para isso, é preciso não só enfrentar os bilionários, mas destruir o capitalismo e construir um outro sistema.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4CZASBA](https://bit.ly/4CZASBA)

EDUCAÇÃO SOB ATAQUE

No governo Lula, a Educação está nas mãos dos grandes grupos empresariais



PAULA FALCÃO,
PROFESSORA DA REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (RJ)

As lutas e greves dos setores da educação federal, contra a política de reajuste zero do governo Lula, estão em curso (Páginas 10 e 11). O governo cortou quase R\$ 300 milhões do orçamento da Educação e foram feitos mais cortes em áreas sociais, tudo em nome do déficit definido pelo Arcabouço Fiscal, que, como alertávamos, é um novo Teto de Gastos.

Nos estados e municípios, as lutas e greves dos trabalhadores em Educação também estão ocorrendo por reajustes salariais e melhorias nas condições de trabalho.

Os governos federal, estaduais e municipais defendem a política de austeridade em relação aos direitos dos trabalhadores. Essa política de austeridade, no sentido mais específico, se expressa na falta do

reajuste salarial. Mas, esta austeridade também conduz à políticas mais gerais em relação à educação pública no país.

PRECARIZAÇÃO, SUCATEAMENTO E PRIVATIZAÇÕES

As condições de trabalho e estudo estão precarizadas. A organização dos currículos e as propostas pedagógicas, assim como o conjunto da gestão educacional, são ditadas sem a participação dos trabalhadores e da juventude, como pudemos assistir no acordo entre governo e Centrão em relação ao Novo Ensino Médio (NEM).

A educação pública está sendo estrangulada e a privatização se aprofunda, seja com a participação direta do Estado, através das Parcerias Público-Privadas (PPPs), ou com o avanço da rede priva-



da, num processo de aquisições e fusões realizadas por grandes grupos empresariais.

O ensino superior é exemplar no que diz respeito ao processo de privatização da Educação. Nas últimas duas décadas, o setor privado deu um enorme salto e, hoje, representa a esmagadora maioria das matrículas. Isso só foi possível

através de políticas de Estado, que permitiram transferência de recursos públicos (bilhões de reais por ano) para a iniciativa privada. Processo no qual é preciso destacar as políticas aprovadas nos governos petistas anteriores, tanto de Lula quanto de Dilma.

Foram estas políticas que possibilitaram o crescimento

dos grandes grupos empresariais da Educação e muitas pessoas podem achar que não há problemas no desenvolvimento do setor privado ou que isso possa ser uma coisa boa. Mas, não é assim. O setor privado se desenvolve fragilizando e precarizando a educação pública, aumentando as desigualdades sociais no país.

TUBARÕES DO ENSINO

O avanço da privatização e o acordo entre governo Lula e Centrão sobre o NEM



Lula e Lira

O NEM, aprovado ainda no governo Temer, começou a ser implementado durante o governo Bolsonaro. Rapidamente, gerou insatisfação na juventude e nos profissionais de Educação, que fizeram mobilizações pelo país e ganharam

a sociedade com a reivindicação pela revogação do projeto.

O governo Lula, então, enviou um projeto de lei (PL), através do Ministério da Educação (MEC), propondo algumas alterações, o que gerou conflitos com o Centrão. O

presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas), designou Mendonça Filho (União Brasil) como relator do PL.

Após um impasse, em 2023, no início desse ano o governo e Centrão chegaram a um acordo e levaram o projeto à votação e aprovação na Câmara dos Deputados, no dia 20 de março. Apesar do aumento da carga horária da formação geral básica, o que foi aprovado mantém os aspectos essenciais do projeto de Novo Ensino Médio aprovado em 2017.

Ou seja, aprofunda o processo de privatização, com a possibilidade de uma implementação ainda mais ampla do Ensino a Distância (EaD) e de mais parcerias entre a inicia-

tiva privada e o poder público na Educação Profissional. Também manteve a modalidade de “notório saber”, que permite que profissionais ministrem disciplinas mesmo sem terem a formação pedagógica exigida aos educadores e educadoras.

ALIMENTANDO O MERCADO EDUCACIONAL

O acordo entre o governo e o Congresso está a serviço dos interesses dos grandes grupos empresariais. São eles que se beneficiam com o NEM, seja pela abertura de espaço para expandir a rede privada, seja pela facilitação da disputa, por estes grupos, de verbas públicas.

Uma expressão do significado desse acordo feito pelo go-

verno foi o aumento de aquisições de escolas pelos grupos empresariais, ainda no fim de 2023. Depois de uma retração, devido as incertezas em relação ao cenário do mercado educacional, os grupos empresariais voltaram a investir com força e a expectativa é de um aumento ainda maior no volume de aquisições e fusões em 2024. Isso significa a disputa pelo monopólio do mercado educacional.

Os trabalhadores e a juventude que reivindicaram a revogação do NEM, se mobilizaram e fizeram lutas pelo país, que defenderam e aprovaram essa pauta na Conferência Nacional de Educação (Conae), aos gritos de “Fora Lemann!”, foram traídos pelo governo Lula.

A ULTRADIREITA AGRADECE

Privatizações em São Paulo

A aprovação do projeto de Novo Ensino Médio, através de um acordo entre o governo Lula e o Congresso, fortalece a privatização da Educação. Em São Paulo, o governador bolsonarista de ultradireita, Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou que vai realizar um leilão para entregar dezenas de escolas públicas para a gestão da iniciativa privada. Tarcísio, que já privatizou a Sabesp (empresa de água e esgoto), pretende avançar em sua sanha privatista.



Nikolas Ferreira presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados

Paralelamente ao processo de privatização da Educação, a ultradireita segue disputando a sociedade para suas concepções. O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) foi eleito Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos deputados. O bolsonarista já está utilizando o cargo para defender a criminalização dos trabalhadores, trabalhadoras e dos movimentos sociais.

Um absurdo é saber que PT chegou a fazer acordos com os bolsonaristas para as indicações de presidentes e vices das comissões. Não nos parece que seja esse um caminho possível para combater a ultradireita.

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Alerta aos trabalhadores e à juventude

As políticas que estão sendo aprovadas estão a serviço da privatização da Educação e a transformando em mercadoria. Essa transformação ocorre quando se muda o caráter do trabalho dos profissionais de Educação e, também, do conteúdo a ser ensinado aos jovens nas escolas.

Ao invés do ensino do conhecimento científico, produzido ao longo da História pela humanidade, essa perspectiva mercadológica substitui a socialização crítica do saber pela preparação dos jovens para o mercado de trabalho e suas incertezas.

Por isso, por exemplo, retira disciplinas como Filosofia e Sociologia, diminui os tempos destinados ao ensino de Química

ou Física e, ainda, passam a ministrar disciplinas que pregam o empreendedorismo e o “equilíbrio emocional” diante de situações pressão.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o NEM também têm como objetivo intervir na estrutura curricular para facilitar essa transformação da Educação em mercadoria.

UM “SABER” A SERVIÇO DO MERCADO E DO CAPITAL

Os conhecimentos são organizados e dispostos de maneira a atender as exigências desta lógica mercadológica, influenciando, inclusive, a produção dos materiais didáticos que são elaborados pelas editoras que pertencem aos gran-

des grupos educacionais, que, além de produzirem conteúdos alinhados com suas perspectivas, lucram muito com as verbas públicas através do Programa Nacional do Livro e Materiais Didáticos (PNLD).

O próprio trabalho do professor ou da professora também é modificado. Ao invés de ser responsável por apresentar o conhecimento cientificamente produzido pela humanidade ou ser mediador, de forma crítica, entre esse conhecimento, a realidade e os alunos, esses profissionais passam a ser um “aplicador de apostilas” e materiais previamente preparados e “engessados” pela lógica do mercado.

Ou seja, o caráter demo-

crático da Educação é confiscado e, no lugar disto, se impõe a gestão empresarial. Algo que, inclusive, se reflete na formação dos professores, através da mudança nos currículos dos cursos de Licenciatura e Pedagogia.

FRAGILIZANDO A LUTA

Tudo isto acaba fragmentando e fragilizando as lutas dos profissionais da Educação. Um sintoma disso é a falta de concursos públicos e o aumento na contratação de professores que trabalham com menores salários e piores condições de trabalho. As redes estaduais já possuem um maior número de professores contratados em relação aos concursados.

CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA

Na luta, trabalhadores fazem experiências com governos e as direções do movimento

Diante de todo esse cenário, os trabalhadores e trabalhadoras lutam como podem. As greves e lutas da educação federal são um exemplo. Nas redes estaduais e municipais também há lutas e greves. E isso se dá contra todos os governos. Sejam governos de direita, seja o governo Lula ou até mesmo contra um go-

verno municipal do PSOL, como foi o caso da greve em Belém, que foi duramente reprimida pelo prefeito Edmilson Rodrigues.

Neste processo, o movimento também faz experiências com suas direções. Na greve da educação federal, os setores governistas tentam frear as lutas e blindar o governo Lula. Nas re-

des estaduais e municipais, as direções também não priorizam as lutas e, quando elas ocorrem, há tentativas de desmobilizá-las.

No Ceará, onde o PT é governo estadual, a direção do sindicato, também ligada ao partido de Lula, impediu a votação de deflagração de greve, em uma assembleia com milhares de professores. Houve uma rebelião

de base, inclusive com enfrentamento físico.

Diante disto, é fundamental construir uma alternativa de independência de classe em relação ao governo Lula. Diferente dos setores que defendem o governo, achamos que a construção dessa alternativa fortalece a luta contra o bolsonarismo e a ultradireita.

UM PROJETO DE EDUCAÇÃO

Organizar os setores da Educação numa perspectiva anticapitalista



Ato em Brasília realizado pelos servidores e trabalhadores da educação no último dia 17

Por isso, também, consideramos importante a construção do “5º Encontro Nacional de Educação”, para que possamos reunir a vanguarda e discutir os rumos da Educação no país. E, no mesmo sentido, acreditamos que seja fundamental a presença de entidades como o Andes-SN, a Fasubra,

o Sinasefe (que representam, respectivamente, os docentes universitários, os técnicos administrativos e professores dos institutos federais) e demais sindicatos de base e organizações de juventude.

A defesa de uma educação pública, gratuita e universal é um ideal que foi defendido

nas revoluções burguesas, em especial na Revolução Francesa (1789). Séculos depois, não temos isso concretizado em praticamente lugar algum do mundo, em especial nos países dependentes.

Isso demonstra que o capitalismo é um formato de sociedade que não pode responder aos

interesses da classe trabalhadora e da maioria da população. Por isso que, para concretizar um projeto de Educação para a classe trabalhadora e o povo pobre, é necessário lutar para derrubar o capitalismo!

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/49BKZKO](https://bit.ly/49BKZKO)

RESPOSTA AO AJUSTE FISCAL

Greve do funcionalismo federal se enfrenta com o governo Lula

PAULO BARELA,
DA CSP-CONLUTAS

Os servidores públicos federais estão se levantando em mobilizações em todo o país. O setor da Educação federal está realizando uma forte greve, que teve início no dia 11 de março, com a entrada dos técnicos administrativos das universidades federais. Na esteira desse processo, no dia 3 de abril, os técnicos e docentes dos Institutos Federais de Ensino também entraram em greve.

Esses dois movimentos estão pressionando a entrada dos docentes das universidades nas mobilizações e há um indicativo, aprovado pelo Setorial das Federais do Andes-SN (sindicato nacional dos docentes), para iniciar uma paralisação no dia 15 de abril. Além disso, estão ocorrendo processos de paralisações pontuais e de operação-padrão em outros setores, como na Fundação Nacional do Índio (Funai) e em áreas de arrecadação e fiscalização alfandegária.

O movimento que se desenvolve no setor é uma resposta dos trabalhadores e trabalhadoras ao reajuste-zero em 2024, definido pelo governo Lula/Alckmin para sustentar uma política de déficit zero, estabelecendo um teto de gastos para as políticas públicas, via Arcabouço Fiscal, e fazendo a ameaça de realizar uma nova Reforma

Administrativa. Tudo isto submetido ao pagamento rigoroso da dívida pública, que consome quase a metade da arrecadação da União.

UM POUCO DA HISTÓRIA RECENTE

Os servidores federais foram os primeiros a romper com o governo Lula, em 2003, em virtude da Reforma da Previdência que atingiu conquistas históricas da categoria. A ruptura foi tão forte que, dentro do processo de enfrentamento na época, surgiram duas organizações alternativas ao PT e a CUT, como o PSOL e a CSP-Conlutas.

Esse divórcio litigioso se estendeu por muitos anos e foi atravessado por importantes ações da categoria. Dentre elas, houve, em 2012, a maior e mais radicalizada greve já realizada pelos federais, que arancou conquistas importantes, impondo uma derrota ao governo Dilma.

Mas, a partir de 2016, com o impeachment de Dilma, seguido por dois anos de governo Temer (MDB) e os quatro anos de Bolsonaro, o PT e a CUT, contando com a capitulação de setores que surgiram no processo de 2004 (o PSOL, especialmente) foram aos poucos recompondo sua influência dentre os servidores federais. Embora uma parte do funcio-



Imagens da marcha de servidores públicos federais em Brasília no dia 17 de abril.

nalismo tenha apoiado Bolsonaro em 2018, em rechaço à política petista, é um fato inquestionável que o PT conseguiu retomar a direção política do movimento.

Isso se expressou, sobretudo, na eleição de 2022, após a experiência com o governo de ultradireita e os violentos ataques impostos sobre a categoria, através da retirada de direitos e cortes no orçamento, mas também pela atuação desastrosa em relação à pandemia, que ceifou centenas de vidas de servidores públicos. Frente a essa realidade, os servidores federais apoiaram a eleição de Lula já desde o primeiro turno.

EXPECTATIVA E REALIDADE FRUSTRADAS

A expectativa dos trabalhadores era que o novo governo petista promovesse a valorização do serviço público, a recomposição das perdas históricas e a reestruturação das carreiras. Todavia, já no primeiro ano, o governo Lula/Alckmin demonstrou que não atenderia essas expectativas, concedendo apenas 9% de reajuste (a partir de maio/2023), quando a reivindicação da categoria era de uma reposição emergencial, de 26,94%.

Importante registrar, também, que o montante previsto no orçamento para essa recomposição foi encaminhado pelo ex-Ministro da Fazenda Paulo

Guedes, ainda em 2022. O novo governo petista, portanto, não avançou nenhum milímetro em relação à peça orçamentária original. Nas mesas de negociação, eles argumentavam, inclusive, que, por não ser “o seu orçamento”, não teriam como avançar, prometendo melhorias para o ano seguinte.

Decepcionados, mas ainda apoiando o governo, que por sua vez contava com a subserviência da maioria das direções das entidades, os servidores engoliram o arrocho salarial sem uma reação mais forte. Contudo, a partir daí, a desconfiança com o governo e de sua política para o serviço público só aumentou.

ARROCHO SALARIAL E REAÇÃO

Ampliar a greve para um movimento geral dos setores federais



Foto: Agência Brasil

Neste ano, apesar das limitações políticas impostas pela burocracia, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) se viu obrigado a ser mais ofensivo na cobrança de um orçamento que garantisse uma recomposição salarial em patamares mais próximos aos números das perdas históricas.

Ainda assim, definiram, por maioria, mas sem o aval da CSP-Conlutas, compor o índice de reposição a partir de

2016 (governos Temer e Bolsonaro), excluindo as perdas dos governos petistas, que recuavam até 2010. Contudo, apesar de rebaixarem a proposta, o governo a desconsiderou e apresentou uma proposta de reajustes nos benefícios sociais (refeição/alimentação, saúde e creche), decretando reajuste salarial zero.

A proposta do governo, no termo de acordo para reestruturação das carreiras, é dividida em parcelas, que

vão se ater aos limites dos 9% em dois anos, segunda a própria Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Consolidada, dessa forma, uma política de acumulação de perdas, uma vez que a inflação de 2023 chegou 4,62% e a expectativa para esse ano, assim como para 2025 e 2026, é de 4,5% ao ano. Ou seja, a proposta do governo mal vai repor a inflação do período e não chega nem perto de re-



ção dos servidores, pressionando as direções sindicais, principalmente nos setores mais pauperizados da categoria, como os técnicos administrativos das universidades e institutos federais, a buscarem uma resposta.

Ainda que a política dessas direções, no geral, fosse de manter as reivindicações no terreno exclusivo das mesas de negociação permanentes, elas acabaram sendo derrotadas nas plenárias nacionais da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas (Fasubra) e do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe).

Assim, essas direções tiveram que se localizar e chamar a greve, para evitar perder o controle sobre a base das categorias. Mesmo no Andes-

-SN, a política da direção não era de chamar a greve para esse período. Ao contrário, em seu Congresso Nacional, a direção dos docentes propôs uma resolução genérica de greve, sem marcar o período, que foi derrotada por outra proposta de greve ainda no primeiro semestre, apresentada pelos setores de oposição, ligados à CSP-Conlutas.

Agora, na esteira das greves em curso, a direção do Andes-SN se viu obrigada a rever sua política, indicando o início da greve para 15 de abril.

JORNADA DE LUTAS

Neste momento, a greve está muito forte e radicalizada. Quando fechávamos esta edição do **Opinião Socialista** ocorria a Jornada de Lutas e uma marcha em Brasília.

Essa greve tem uma enorme importância, na medida

em que se enfrenta com a política e o programa do governo Lula, que se constitui como uma Frente Ampla, para defender os negócios da burguesia. E, para isso, ataca os servidores e o serviço público.

Não podemos dizer que, de conjunto, o funcionalismo federal está rompendo com o governo. Mas, podemos afirmar que os sinais do fim da lua de mel com o PT estão objetivamente expressos nessa luta. Nesse sentido, é preciso avançar na mobilização e ampliar a greve para um movimento geral dos trabalhadores e trabalhadoras federais.

Lembrando, ainda, que outras categorias estão se levantando na Educação Básica, contra o Novo Ensino Médio (NEM) e por suas reivindicações específicas, como greves municipais que estão ocorrendo em várias cidades neste momento.

compor as perdas acumuladas desde 2010, que são de mais de 50% para a maioria das categorias.

Por isso, nossa posição é que de não devemos assinar nenhum termo de compromisso que contenha reajuste zero. O governo pode garantir o reajuste dos benefícios e ins-

talar as mesas de discussão dos planos de carreiras via portaria. Temos que seguir a greve e as mobilizações pelo reajuste salarial.

DIREÇÕES SINDICAIS PRESSIONADAS

Ao definir o reajuste zero, o governo acirrou a indigna-

arrocho e desprezo às necessidades e reivindicações dos trabalhadores.

Isso começa por fortalecer a Jornada de Lutas, de 16 a 18 de abril, em Brasília. É preciso intensificar a organização dos ônibus e o recrutamento do maior número possível de ativistas, para garantir uma forte presença do funcionalismo na capital federal.

O PSTU está na linha de frente desse importante movimento, atuando com sua militância para avançar na organização da greve e na expansão do movimento, transformando a greve, que hoje está localizada na Educação federal, para um movimento nacional e generalizado, em todas as categorias do funcionalismo.

Mais do que lutar por suas reivindicações imediatas, é preciso que o movimento questione suas direções e a política de “proteger” um governo que só serve aos interesses da burguesia. É preciso enfrentar o governo com firmeza, denunciando que ele não atende aos servidores, mas garante bi-



NÃO À CHANTAGEM DO PT

Construir a unidade para lutar e buscar uma alternativa para a classe trabalhadora

Além de reafirmar sua política de reajuste zero, o governo ainda exige que as entidades assinem um acordo para garantir as migalhas oferecidas através da recomposição nos benefícios sociais. Ao mesmo tempo, quer impor a fragmentação das negociações por setores e, ainda, ameaça aqueles e aquelas que estão em greve, afirmando que não haverá sequer esse tipo de negociação.

Ou seja, o governo Lula/Alckmin chantageia, por um lado, tentando impor o aval das entidades à sua política de arrocho e, por outro, avançando em práticas antissindicais, buscando a divisão e o enfraquecimento do movimento.

É PRECISO EXPANDIR, INTENSIFICAR E GENERALIZAR A GREVE

A resposta que os servidores devem dar para esse governo dos poderosos e ricos é expandir e intensificar a greve. Apenas a unidade, a força e a luta podem derrotar o governo e sua política de

lhões para o agronegócio, para o pagamento da dívida pública e para dar subsídios bilionários aos empresários nacionais e estrangeiros.

O argumento de não há ver dinheiro é falacioso. O dinheiro existe, mas está comprometido com os interesses dos ricos e poderosos. Lula governa para a burguesia e garante os

lucros dos capitalistas, à custa do sofrimento e da pobreza dos trabalhadores e trabalhadoras.

É necessário avançar na consciência de nossa classe para superar as políticas dos governos burgueses, sejam da direita tradicional, da ultradireita ou de conciliação de classes e amigo da burguesia, como o de Lula.

Lembrando, neste processo, que buscar a construção de uma sociedade controlada pelos próprios trabalhadores, revolucionária e socialista, é a única alternativa para tirar os trabalhadores do jugo e da exploração capitalista.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3UNEHTF](https://bit.ly/3UNEHTF)

ORIENTE MÉDIO

Contra-ataque iraniano cria mais incertezas no Oriente Médio

FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)

No último dia 13, em resposta ao criminoso ataque israelense à sua embaixada em Damasco, capital da Síria, no dia 1º de abril, as forças iranianas lançaram 350 artefatos (drones e mísseis) contra o Estado de Israel, com um aviso prévio de 72 horas.

As Forças Armadas estadunidenses assumiram diretamente a defesa do Estado sionista, com o apoio direto do Reino Unido e da Jordânia, e indireto de outros países, como a Arábia Saudita. Seu sistema de defesa abateu 99% dos drones e mísseis ainda quando estavam no ar.

O legítimo contra-ata-

que iraniano causou pânico entre os israelenses. A sensação de segurança que existia na população sionista já havia evaporado após a ofensiva da resistência palestina, liderada pelo Hamas, em 7 de outubro, e os bombardeios do Hezbollah, na fronteira Norte. Agora, a situação deu um salto, com o contra-ataque iraniano. A percepção generalizada é de que a segurança de Israel está mais frágil que nunca, o que tem ampliado o êxodo de milhares de israelenses rumo à Europa e aos Estados Unidos.

A população palestina, por sua vez, em um primeiro momento, vibrou com o contra-ataque iraniano; mas, depois, ficou decep-



Ataque de drones do Irã sobre Israel

cionada, após o anúncio iraniano do fim dos ataques. Há seis meses, a população palestina espera

que o Irã abra uma nova frente militar contra Israel. O alerta prévio de 72 horas também decepcionou,

pois facilitou a interceptação dos drones e mísseis, pelo sistema de defesa imperialista.

ESCALADA

Contra-ataque “teatral” tem efeitos contraditórios e profunda instabilidade



Israel destruiu edifícios diplomáticos do Irã em Damasco, na Síria, em 1º de abril de 2024

O regime iraniano se beneficiou da fraqueza do Estado sionista para fazer seu primeiro ataque direto a Israel em toda a História. Isso lhe deu prestígio em relação aos regimes árabes que, por temerem retaliações israelenses, evitam qualquer tipo de ação contra os sionistas.

Por outro lado, o aviso prévio de 72 horas despertou críticas diante do que teria sido uma “ação teatral”. E, pior ainda, a declaração de que a ação não teria continuidade, deixou a certeza de que o regime iraniano não atacará Israel para defender os palestinos, mas apenas para se defender.

O primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu conseguiu dar um passo adiante em seu objetivo de generalizar a guerra no Oriente Médio e, também, conseguiu se reaproximar de seus patrocinadores imperialistas. Outro objetivo atingido pelo sionismo foi colocar em se-

gundo plano o genocídio em Gaza, e, em terceiro plano, os “pogroms” (ações de perseguição e linchamento) de colonos sionistas contra a população palestina na Cisjordânia.

Por outro lado, o contra-ataque expôs a frágil segurança do Estado sionista e colocou Netanyahu sob intensa pressão por parte da extrema direita e da população israelense, que exige que o líder sionista ataque o Irã e a cidade de Rafah, em Gaza, o que o distanciaria novamente de seus patrocinadores imperialistas

POTENCIAL DE ESCALADA

Os imperialismos estadunidense e europeu conseguiram garantir a defesa aérea de Israel frente a um ataque anunciado. O episódio, contudo, também expôs a incapacidade do imperialismo em impedir Israel de expandir a guerra para todo o Oriente Médio, o que

TENSÃO ENTRE ISRAEL E IRÃ



pode ter forte impacto nos preços do petróleo e pode arrastar a economia mundial para uma recessão. Além disso, tiveram sua hipocrisia exposta, mais uma vez, ao denunciarem o contra-ataque iraniano, mas se silenciarem frente ao ataque israelense à embaixada iraniana em Damasco.

Já os imperialismos russo e chinês pressionaram para que o contra-ataque iraniano fosse apenas “simbólico”, para evitar uma guerra com Israel, que afetaria seus negócios no mercado mundial. Contudo, a ação iraniana, em si, aponta para uma potencial escalada na região.

COVARDES E COLABORACIONISTAS

Os regimes árabes, incluindo a Autoridade Nacional Palestina, só aprofundaram seu desprestígio. Vistos como covardes ou colaboracionistas, os regimes árabes, particularmente o jordaniano, podem enfrentar uma nova onda de revoluções operárias e populares, a exemplo da iniciada em 2010, na Tunísia.

Como podemos ver, o contra-ataque iraniano, mesmo que simbólico, trouxe mais instabilidade e incertezas para a ordem imperialista, tanto regional quanto mundial.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4D3AJYW](https://bit.ly/4D3AJYW)

DERROTAR ISRAEL

Libertação de toda a Palestina, do rio ao mar!

A questão central é que o genocídio em Gaza continua e, nos últimos dias, aumentaram drasticamente os “pogroms” (destruição de bens, violência física e linchamentos) feitos por colonos israelenses contra os palestinos na Cisjordânia, o que já provocou, no mínimo, seis mortes.

A resistência palestina em Gaza já está fazendo o que é possível, apesar da enorme desigualdade militar. E a Cisjordânia pode estar caminhando, a passos largos, para uma Intifada (levante) generalizada, em todo o território. A abertura de uma frente militar na região Norte da Palestina e a leste do Rio Jordão dividiria as forças sionistas, aliviando o genocídio em Gaza. No entanto, os regimes iraniano, sírio e jordaniano, além do Hezbollah, não querem entrar em guerra contra Israel. Também, o ditador egípcio Bashar al-Assad, o regime jordaniano e o Hezbollah tampouco permitem que os palestinos na diáspora se armem e ataquem os sionistas. A úni-

ca força árabe que está construindo uma solidariedade efetiva com os palestinos são os iemenitas “houthis” (movimento que se organiza no Noroeste do Iêmen). O regime iraniano já deixou evidente que somente atacará Israel em caso de um novo ataque israelense contra o Irã. Ou seja, não atacará Israel para apoiar os palestinos. As mobilizações nos países vizinhos têm que pressionar seus governos para abrir novas frentes militares contra os sionistas. Mas, não podemos ter ilusões. São necessários levantes e revoluções que coloquem, no centro de seus objetivos, a derrota de Israel e dos regimes árabes que colaboram com o Estado sionista ou se omitam diante dele e seus crimes.

SÓ PROTESTOS E SOLIDARIEDADE PODEM PÔR FIM AO GENOCÍDIO

As ações de solidariedade nos Estados Unidos, através do bloqueio de rodovias em grandes cidades como Nova Iorque, São

Francisco, Chicago e Seattle, apontam para uma nova forma de solidariedade efetiva. A elas se somam as passeatas, a campanha pelo embargo de armas contra Israel e outras ações no que já se constitui na maior onda de solidariedade com os palestinos, em vários países, para pôr fim ao genocídio.

Diante de tudo isso, se torna ainda mais importante a exigência aos governos – a começar pelo governo brasileiro de Lula – para que se rompam relações econômicas, diplomáticas e militares com o Estado sionista. Sem essa ação efetiva, os governos apenas fazem jogo de cena e na prática acobertam os crimes do Estado sionista. Por isso mesmo, é preciso intensificar a solidariedade ao povo palestino nas ruas, com a expectativa de que esta combinação de que uma Intifada Palestina com novas revoluções nos países árabes e a mobilização multitudinária em todo o mundo possa derrotar Israel e conquistar não apenas o

cessar-fogo e o ingresso de ajuda humanitária em Gaza, mas caminhar para a libertação de toda a Palestina, do rio ao mar!



TROTSKISMO

Os 100 anos Nahuel Moreno e a luta por um marxismo vivo e alicerçado na classe operária

JERÔNIMO CASTRO,
DO RIO DE JANEIRO (RJ)

Em 24 de abril, Hugo Bresano Capacete, mais conhecido como Nahuel Moreno, completaria 100 anos. Dirigente marxista e revolucionário histórico, de origem argentina, Moreno se vinculou muito cedo ao movimento trotskista, dando um perfil próprio à batalha pela reconstrução da Quarta Internacional, tarefa à qual se dedicou até seu último dia de vida, em 25 de janeiro de 1987.

Na medida em que sua influência foi crescendo, e depois de sua entrada na Quarta Internacional (ainda antes de sua ruptura, na década de 1950), sua importância transcenderia a Argentina, tornando-se fundamental para a organização de

dezenas de grupos e partidos, principalmente na América do Sul, mas não somente em nossa região, já que, em diversos momentos, influenciou organizações na Itália, Espanha, Portugal e Inglaterra.

IMPULSIONADOR DO TROTSKISMO NO BRASIL E DA FORMAÇÃO DO PT

Para o Brasil e para a história de nossa organização, Moreno foi determinante. Ao perceber que a ditadura militar brasileira estava em crise e que vários setores começavam a se enfrentar com ela, Moreno passou a acompanhar o desenvolvimento da vanguarda que estava surgindo e se envolveu na discussão sobre os rumos da organização brasileira.

Naquela época (final dos anos 1970), nossa corrente apos-

tava na fundação de uma organização socialista ampla, dentro da qual seríamos uma tendência. Esta foi a primeira hipótese sobre o formato do agrupamento que veio a se chamar “Convergência Socialista”.

Nesse processo, Moreno veio (clandestinamente) visitar o Brasil, para melhor acompanhar a discussão e acabou sendo preso junto com outros dirigentes brasileiros, o que levou a uma campanha mundial de solidariedade, por sua libertação e com a exigência de que ele não fosse deportado para a Argentina, onde, nas mãos da ditadura daquele país, sua morte seria certa.

Mesmo assim, Moreno foi fundamental para indicar que o que estava sendo gestado no interior da vanguarda não ia na direção da formação de um



Partido Socialista; mas, sim, rumo a um Partido dos Trabalhadores. Uma caracterização que ajudou nossa corrente a ajustar sua política e intervir a fundo na construção do PT.

Nesse processo, também Moreno foi fundamental ao indicar que o centro da atuação de nosso

grupo deveria ser a vanguarda sindical e o novo ativismo que estava surgindo aí, o que permitiu que nos transformássemos na organização trotskista com maior influência na classe trabalhadora e na classe operária, em nosso país e, provavelmente, no mundo.

MOVIMENTO OPERÁRIO

Uma busca permanente para se vincular à classe operária

Moreno tomou contato com o trotskismo em 1939, quando era estudante secundarista. Participou do que ele mesmo chamaria de “trotskismo boêmio argentino” e, nessa época, teve contato com os principais dirigentes trotskistas do país.

Depois dessa experiência, que durou até 1942/43, Moreno rompeu com esse tipo de trotskismo e voltou-se para o movimento operário, criando um pequeno grupo que foi morar em uma “Villa Pobladora”, um bairro operário, com o objetivo de construir uma corrente trotskista alicerçada na classe operária.

Anos depois, essa orientação seria definida como nosso “desvio-virtude”, uma orientação que, tendo traços de “obreirismo”, foi um acerto que colocou nossa ainda embrionária corrente dentro da disputa por dialogar, influenciar e dirigir uma parte (minoritária, mas importante...) do proletariado industrial.

Essa característica se tornaria uma marca indelével da existência do “Morenismo”, que orgulhosamente cantava e ainda canta que “somos los troskos del movimiento obrero”.

PRÁXIS

Um marxismo a serviço de sua atualização permanente

Moreno sempre teve uma atitude aberta diante dos novos acontecimentos no mundo. Exemplo disso é sua explicação profundamente dialética sobre os Estados operários que surgiram a partir de 1948, com a expropriação das burguesias do Leste Europeu, considerando-os uma enorme conquista da humanidade, mas que, desde sua origem, estavam deformados pelo stalinismo.

Essa atitude também esteve presente em cada novo acontecimento da luta de classes durante um período no qual o processo de descolonização dos países periféricos da África, da Ásia e das Américas se combinaram, muitas vezes, com a expropriação de suas burguesias nacionais e, também, das burguesias imperialistas coloniais. Revoluções que, escapando de um esquema pseudo-marxista, foram dirigidas por grupos pequeno-burgueses ou partidos-exércitos, com

uma base social camponesa.

Moreno, ao invés de negar essa realidade, buscou entendê-la e incorporá-la às suas elaborações. Independentemente do grau de acerto ou de erro de suas explicações (ou, inclusive, das parcialidades que ele mesmo reconhecia), ao olhar para os novos acontecimentos, ele buscava o que havia de “novo” neles.

Como exemplo, basta citar que ao ver a Revolução Chinesa em curso, Moreno chegou à conclusão de que a teoria militar de Mao Tsé-Tung era uma contribuição ao marxismo revolucionário. Uma conclusão que, contudo, não deveria nos isentar do combate estratégico ao maoísmo, enquanto uma variação do stalinismo

Essa postura aberta de Moreno se expressou em sua relação com o historiador e escritor argentino Melciades



Peña, que preparou um belíssimo curso para nossa corrente, sob o nome de “Notas de iniciação marxista”.

Nele, numa passagem brilhante e elucidativa, pode-se ler: “O único criador que o marxismo reconhece é o homem [leia-se ser humano], que, com

a sua obra, cria um novo mundo e modifica a natureza e a si mesmo. O marxismo rejeita o conceito de Deus e de qualquer força extra-humana ou sobre-humana, localizada acima do homem e que domina o homem, seja chamada de Deus, História, Destino ou Espírito Santo.”

LEGADO

Moreno e sua contribuição ao Marxismo

Moreno também cumpriu um papel importante na luta pela correta compreensão do “Programa de Transição” e contra o ultraesquerdismo e o oportunismo.

Numa série de documentos preparados entre 1973 e 1974, para o 9º Congresso do Secretariado Unificado (SU), e que, depois, foram publicados em um livro que ficaria conhecido como “O Partido e a Re-

volução” (ou, ainda, o “Morenaço”), Nahuel criticou os desvios ultraesquerdistas do trotskista belga Ernest Mandel, então um dos principais dirigentes do SU, e sua capitulação ao “Guevarismo”, nos anos anteriores.

Para tal, Moreno discutiu como elaborar as palavras de ordem, a política e o programa de uma organização revolucionária, partindo da análise

da realidade, levando em consideração o nível de consciência das massas e colocando suas necessidades no centro de nossas análises, políticas e programas.

A LUTA POR UM MARXISMO PROLETÁRIO

Nos anos 1980, em outra polêmica, desta vez com o francês Pierre Lambert, dirigente da Organização Comu-

nista Internacionalista (OCI), Moreno retomou e sintetizou a experiência marxista com os governos de colaboração de classe – mais especificamente com as chamadas “frentes populares”.

Nos livros e discursos produzidos neste período, enfrentando a capitulação oportunista de Lambert e sua corrente ao governo de Mitterrand, Moreno fez uma síntese ma-

gistral da experiência acumulada pelo marxismo revolucionário, mais especificamente por Trotsky, nos anos 1930.

Esses debates, fundamentais, se somaram, como já observamos mais acima, ao seu esforço permanente de construir uma organização que não apenas expressasse uma ideologia proletária, mas que tivesse uma composição proletária, da base à direção.

O FUNDAMENTAL

A relação com os quadros e a formação das equipes



Moreno foi parte central dos quadros trotskistas do pós-guerra, juntamente com os norte-americanos James Cannon e Joseph Hansen, além dos já mencionados Mandel e Lambert, tendo participado da fundação de dezenas de organizações na Argentina e no mundo, se relacionando com ou influenciando milhares de quadros.

Apesar disso, Moreno tinha uma opinião bastante

modesta sobre si mesmo. Em forma de piada, dizia que o melhor curso que o partido poderia oferecer seria “A história de nossos erros”. Afirmava, ainda, que ele havia dado uma série de opiniões erradas, sobre diversos assuntos, sempre lembrando que seu próprio trotskismo era um “trotskismo bárbaro”, sempre reconhecendo sua própria ignorância e limitações.

Coerente com essa postura, em vários de seus discursos e obras, é possível constatar que, para ele, o mais importante, o fundamental, são as equipes, os grupos que se formam para, juntos, superar os problemas existentes. Por isso mesmo, em “Conversando com Moreno” (livro que traz uma longa entrevista, realizada nos anos 1980), ele diz que muitas vezes exerceu a verdade em abstrato, ganhando as discussões, mas perdendo as equipes. Algo sobre o que se lastimava bastante.

UMA VIDA DEDICADA À REVOLUÇÃO SOCIALISTA E INTERNACIONAL

Escrever um artigo sobre o centenário de Nahuel Moreno é um desafio. Com quase 50 anos de militância, tendo participado ativamente de grandes acontecimentos, seria possível escrever um livro sobre o assunto. Portanto, ao escrever, há que se

escolher. E, como se diz, “cada escolha é uma renúncia”.

Por isso, deixamos de fora aspectos importantes, tanto da biografia quanto da obra de Moreno. Mas, queremos destacar, essencialmente, que Moreno foi um militante trotskista e um internacionalista convicto, que dedicou sua vida à construção de organizações trotskistas e de uma Internacional, intervindo pessoalmente, ou através de seus textos, nos principais acontecimentos da luta de classes mundial.

Como insistimos, também damos muito valor ao fato de que seu trotskismo era o operário. Desde cedo, orientou sua militância e sua atenção para a classe trabalhadora, em geral, e para o proletariado industrial, em particular.

Esse apego à classe operária, fruto de uma profunda compreensão do marxismo, deu uma cara própria à corrente “morenista”. Algo que pode ser consta-

tado até hoje, por exemplo pelo fato de que o PSTU é a organização trotskista com mais enraizamento na classe operária.

Da mesma forma que valorizamos muitíssimo o fato de Moreno ter uma visão aberta do marxismo, sempre consciente de que a interpretação dos novos fenômenos da luta de classes exige novas elaborações, sempre apoiadas no passado e nos princípios, mas também incorporando novos conhecimentos ao marxismo.

Por último, consideramos um legado fundamental sua convicção de que, no centro de tudo, estão as equipes, os grupos humanos com quem se trabalha, a dialética entre a manutenção desses grupos, seu fortalecimento e as discussões necessárias para que ele cresça, acerte etc. Este é um dos grandes desafios que ele enfrentou e nós, ainda, enfrentamos.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4ADFA8E](https://bit.ly/4ADFA8E)

SAIBA MAIS

Nahuel Moreno é autor de uma vasta obra. Indicamos, aqui, alguns destes livros.

“O partido e a revolução” (“Morenaço”): Polêmica com Mandel e o SU, em função de seus desvios ultraesquerdistas e sua capitulação ao “guevarismo”;

“Os governos de Frente Popular na História”: Livro que retoma a longa discussão dentro do marxismo revolucionário e sua relação com os governos de conciliação de classes, numa polêmica com Pierre Lambert, sobre o caráter do governo de François Mitterrand (iniciado, na França, em 1981).

“Revolução e contrarrevolução em Portugal”: Obra na qual Moreno faz uma análise da Revolução Portuguesa, que neste dia 25 de abril completará 50 anos, discutindo as principais forças políticas envolvidas no processo e as tarefas que estavam colocadas.

1º DE MAIO

Reafirmar o classismo e a independência de classe em oposição ao governo Lula e ao bolsonarismo

 DA REDAÇÃO,

O “1º de Maio” é uma data emblemática para a classe trabalhadora. É um dia para lembrar a luta constante que os trabalhadores e trabalhadoras desenvolvem contra o capitalismo, um sistema opressor e violento e que leva sofrimento e miséria à quase totalidade da humanidade.

No entanto, hoje, importantes setores do movimento operário no Brasil e no mundo tentam apagar o passado e a tradição do “1º de Maio”, um dia historicamente marcado pelas lutas dos trabalhadores de todo mundo e símbolo do internacionalismo proletário.

A ORIGEM DA DATA

Na segunda metade do século 19, o desenvolvimento do capitalismo nos grandes centros europeus e nos Esta-



O primeiro de maio lembra o massacre de operários pela repressão policial ocorrida em Chicago, nos Estados Unidos, em 1886.

dos Unidos (EUA) e o enorme aumento da produção industrial foram sustentados graças a uma superexploração da classe trabalhadora.

Com o fim da Guerra Civil Americana (1861-65), os EUA deram início a um processo de enorme desenvolvimento econômico, com

uma impressionante expansão industrial, sendo Chicago (no estado de Illinois) o principal centro industrial do país.

Na época, não haviam leis de proteção aos trabalhadores e, a partir de suas associações e sindicatos, o proletariado iniciou uma

grande luta pela limitação da jornada diária de trabalho em oito horas.

No dia 1º de maio de 1886, uma grande manifestação foi marcada em Chicago. Mas, a resposta da polícia norte-americana foi brutal. A violenta repressão causou um enorme número

de mortos, algo que, inclusive, nunca pôde ser apurado, pois muitos foram enterrados clandestinamente. Além disso, inúmeras prisões foram efetuadas e vários líderes operários foram condenados à morte.

O episódio ficou conhecido como a “Revolta de Haymarket” (em referência ao nome da praça onde a explosão de uma bomba foi atribuída aos manifestantes) e, em homenagem às lutas dos trabalhadores de Chicago pela jornada de oito horas, a Segunda Internacional proclamou o 1º de maio como o “Dia Internacional dos Trabalhadores”.

Nascia assim o “1º de Maio”, como Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores, uma data fixada em que todos os países, e em todas as cidades, ao mesmo tempo, para que os trabalhadores e trabalhadoras se mobilizassem por suas reivindicações.

MOBILIZAÇÃO

Participe dos atos alternativos do “1º de Maio” em todo o Brasil

O “1º de Maio” é um momento de reafirmar o caráter independente da classe trabalhadora frente ao sistema burguês, aos patrões e seus governos. Hoje, o governo Lula, ao lado de um dos maiores expoentes da burguesia brasileira, Geraldo Alckmin, governa sob uma ampla unidade nacional e aplica uma política econômica que segue a lógica de manter e ampliar os lucros e privilégios da burguesia nacional, submetendo-se às políticas imperialistas, seja dos EUA ou da Europa.

Exemplos dessa política são o Arcabouço Fiscal, que limita gastos com políticas públicas (Saúde, Educação, demarcação de Terras Indígenas etc.) e a política de déficit zero, que favorece apenas um punhado de bilionários que ficam cada vez mais ricos.

Por isso, é preciso também reafirmar o “1º de Maio” com um caráter de resistência da classe trabalhadora contra a ultradireita, exigindo que Bolsonaro e seus asseclas paguem pelos seus crimes e pela tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. Porém, é igualmente determinante enfrentar, de forma classista e independente, as políticas pró-burguesas e imperialistas do governo Lula/Alckmin, que atacam os direitos da classe trabalhadora e pioram nossas condições de vida.

“1º DE MAIO” É DIA DE LUTA E NÃO PRA FESTEJAR A CONCILIAÇÃO DE CLASSES

Ao contrário da CUT e da Força Sindical, que realizarão atos festivos com a presença de Lula e Alckmin, a CSP-Conlutas e vários outros setores estão construindo um ato de “1º

de Maio” com independência diante dos governos e dos patrões, classista e internacionalista, onde levantaremos as bandeiras em defesa da classe trabalhadora e da necessidade de construir uma oposição de esquerda aos ataques dos governos estaduais e do governo Lula e, ao mesmo tempo, impulsionar o enfrentamento, pra valer, com a ultradireita de Bolsonaro.

Não há, portanto, qualquer possibilidade de unidade para os atos de “1º de Maio” com esses setores reformistas, que protegem o governo, freiam as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras e incentivam a conciliação com os opressores e algozes de nossa classe.

Nos atos de “1º de Maio”, vamos defender que um polo independente e classista apresente um plano político e econômico que rompa com as ideias



Ato do Primeiro de maio realizado em SP

capitalistas e coloque nas mãos dos trabalhadores o controle da riqueza e dos rumos na humanidade; que parta das necessidades mais sentidas da classe trabalhadora, até a ruptura revolucionária com esse sistema, e avance para a construção de um projeto socialista.

Vamos, portanto, aos atos alternativos do “1º de Maio” em todo o Brasil, reafirmando a independência dos trabalha-

dores, trabalhadoras e todo o povo oprimido, com classismo e enfrentamento aos governos e patrões. Os atos acontecerão em várias capitais dos estados. Em São Paulo, a mobilização terá um caráter nacional e será realizada na avenida Paulista, próximo ao Museu de Arte de São Paulo (Masp), às 14 horas.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3VV5YVC](https://bit.ly/3VV5YVC)